

# A função social da biblioteca pública na era da informação

The social function of the public library in information age

**Francisco António Lourenço Vaz**

Professor no Departamento de História da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora, Portugal.  
Doutor em História pela Universidade de Évora, Portugal. [fvaz@uevora.pt](mailto:fvaz@uevora.pt)

## RESUMO

As bibliotecas foram ao longo dos tempos os locais por excelência para adquirir conhecimento. Durante séculos estiveram ao serviço de minorias, nomeadamente do clero e nobreza, e na Europa só com a Revolução Francesa começaram a abrir as portas ao público, ou seja, a todos os cidadãos. A partir de então a biblioteca pública transformou-se paulatinamente no espaço onde os mais desfavorecidos tinham os mesmos meios que os ricos para adquirir conhecimento. Neste artigo tomamos como ponto de partida as ideias dos mestres da Biblioteconomia dos séculos XIX e XX, António Panizzi, Melvil Dewey, Paul Otlet e Shiyali Ranganathan, para compreender que funções sociais cabem à biblioteca pública na era da informação. Estamos cientes que muitos são os desafios e que, tal como no passado, a biblioteca pública tem uma função social a cumprir nomeadamente combatendo as discriminações no acesso ao conhecimento, desenvolvendo o espírito crítico e assim contribuir para a criação da esfera pública, e de uma sociedade mais justa.

**Palavras-chave:** Biblioteca Pública, Era da Informação, Esfera Publica, Literacia, Práticas de Leitura.

## ABSTRACT

Libraries have long been the prime sites for acquiring knowledge. For centuries they were in the service of minorities, namely clergy and nobility, and in Europe only with French Revolution began to open the doors to the public, that is, to all the citizens. From then on, the public library gradually transformed itself into the space where the most poor had the same means as the rich to acquire knowledge. In this article, we take as starting point the ideas of the masters of Library in nineteenth and twentieth century, Anthony Panizzi, Melvil Dewey, Paul Otlet and Shiyali Ranganathan, to understand what social functions belong to public library in the information age. We are aware that many challenges remain and that, as in the past, the public library has a social function to fulfill notably by combating discrimination in access to knowledge, developing the critical spirit and thus contributing to the creation of the public sphere and a more just society.

**Keywords:** Public Library, Information Age, Public Sphere, Literacy, Reading Practices.

## 1 INTRODUÇÃO

Estudos recentes têm analisado as funções sociais que a biblioteca pública tem no contexto da sociedade da informação (VARHEIM, 2014; AABO; AUDUNSON; VARHEIM, 2010). Os documentos orientadores das instituições internacionais, particularmente da UNESCO /IIFLA, vão também nesse sentido. O conceito básico parte de um pressuposto

que a Biblioteca Pública tem de ir ao encontro do público e deve acolher os mais desfavorecidos, sob o ponto de vista social, promover a inclusão social de minorias, nomeadamente, emigrantes, ciganos, refugiados, deficientes e dos sem-abrigo. Podemos considerar que este papel da biblioteca é herdeiro do pensamento dos grandes bibliotecários do século XIX, nomeadamente, António Panizzi e Melvil Dewey.

Do mesmo modo, a finalidade que a biblioteca tem, no seu código genético, de dar acesso ao conhecimento, está inscrita no pensamento de Emanuel Kant, que também foi bibliotecário e enunciou de forma clara esse imperativo individual de “fazer uso público da razão”, para o qual o filósofo entendia necessária a competência da leitura e consequentemente o acesso aos livros. Para Kant, o uso público da razão pressupõe que só pode ser exercido diante de um público que lê, “na república das letras”, e, portanto, as bibliotecas transformam-se num local privilegiado para o exercício da razão, já que cidadão pode e deve recorrer à leitura para concretizar o “*sapere aude*” (KANT, 1784).

Neste domínio alguns trabalhos tomam como ponto de partida as ideias de Kant, e a leitura que delas fez Roger Chartier, para analisar a ideia de biblioteca pública no século XIX (VAZ, 2007) e os desafios que a era da informação coloca às bibliotecas públicas (VAZ, 2017). Neste trabalho damos continuidade a este percurso, partindo das ideias dos pensadores da Biblioteconomia para compreender a função social da biblioteca pública na era da informação. Procuramos responder a algumas questões: que funções sociais atribuíram os grandes mestres da Biblioteconomia, dos séculos XIX e XX, à biblioteca pública? Que mudanças operou a revolução das tecnologias da informação na biblioteca pública? Na dialética entre espaço virtual e espaço físico, como se deve posicionar a biblioteca pública para garantir o cumprimento da sua função social? Será mesmo necessário manter o espaço físico, a sala de leitura, das nossas bibliotecas?

## **2 OS MESTRES DA BIBLIOTECONOMIA**

Referência obrigatória da Biblioteconomia, António Panizzi nasceu em Brescello, Itália, ducado de Modena, em 16 de Setembro de 1797. Estudou no liceu de Reggio e graduou-se em leis na Universidade de Pádua, em 1818 (COWTAN, 1873, p. 12). Foi nomeado inspetor escolar, mas acusado de pertencer a carbonária, e perante a eminência de ser preso, conseguiu fugir para a Suíça, tendo sido julgado e condenado à morte à revelia. Em 1823 partiu para Inglaterra e em 1832 tornou-se cidadão britânico. Ensinou

italiano em Liverpool, depois professor no University College de Londres. Em 1831 foi nomeado Assistente de Bibliotecário no British Museum, depois Keeper de livros impressos (1837-1856) e Primeiro Bibliotecário (1856-1866). Pelos seus serviços como bibliotecário foi condecorado pela Rainha Vitória em 1869 (COWTAN, 1873, p. 84).

Segundo Robert Casazza (2012, p. 53), a ação de Panizzi integra-se num contexto em que os bibliotecários, influenciados por uma mentalidade romântica, desenvolveram projetos biblioteconômicos, olhando para as instituições que dirigiam como autênticos focos de instrução e ciência e simultaneamente tiveram de exercer o papel de curadores e conservadores de valiosas coleções. Panizzi tinha grandes dotes como conhecedor de coleções e uma grande visão histórica sobre a importância das bibliotecas. Durante a sua gestão conseguiu que o Parlamento concedesse à Biblioteca, então na dependência do British Museum, 10.000 libras para comprar livros e conseguiu a fundação de uma magnífica sala de leitura, a Sala Oval, ainda hoje um ex-libris de Londres.

Faz sentido acrescentar que esta mentalidade romântica, a nível biblioteconômico, continuava o pensamento iluminista, persistindo na ideia de biblioteca-museu, de que são bons exemplos a *British Library*, criada pelo *British Library Act* (1973), sendo que até essa data a biblioteca nacional dependia do *British Museum*; ou no caso nacional a Biblioteca Pública de Évora, fundada por frei Manuel do Cenáculo e que albergou ao longo do século XIX uma valiosa coleção museológica. Pode considerar-se que a biblioteca-museu era também uma persistência do sonho de Alexandria: de reunir numa instituição todo o conhecimento humano, não só os livros mas também as coleções museológicas.

À atividade de Panizzi acrescenta-se a publicação das 91 medidas de catalogação, consideradas as bases das regras anglo-americanas, as *Ninety-One Cataloguing* (1841), que estiveram na base da catalogação no século XIX e XX. Panizzi conseguiu também o depósito legal para a *British Library*, os editores ficavam obrigados a dar uma cópia do material impresso para a biblioteca, assegurando deste modo a atualização bibliográfica.

A função social da biblioteca pública, nas palavras de António Panizzi, era dar aos mais pobres as mesmas possibilidades de leitura e instrução que então tinham os ricos:

Quero que o estudante pobre tenha os mesmos meios para satisfazer a sua curiosidade intelectual, para perseguir os seus propósitos racionais, para consultar as mesmas autoridades, para levar para diante a mais intrincada investigação, que o homem mais rico do reino. (PANIZZI, 1832, apud EDWARDS, 1870, p. 432 tradução nossa).

As palavras de António Panizzi demonstram que estava empenhado em superar a concepção instrumental do bibliotecário, o papel meramente técnico, de classificador, conservador e curador de coleções, que era a atitude dominante nos bibliotecários do seu tempo. De facto, nas ideias de Panizzi a biblioteca não é apenas um meio onde se conservam os livros, mas também um recurso ao serviço dos leitores e particularmente dos mais desfavorecidos.

Adquirida esta função social da biblioteca, outro grande passo foi encará-la como uma escola, onde além de se reunirem os livros se tivesse em consideração as necessidades da comunidade de leitores e, ainda mais, se criasse a vontade de ler. Essa foi a lição de Melvil Dewey, que fala de uma nova era para as bibliotecas. Faz todo o sentido, traçar o percurso e ideias deste mestre da biblioteconomia e acentuar a sua atualidade.

Melvil Dewey (1851-1931) foi assistente bibliotecário da Amherst College, em Amherst, Massachussets, a partir de 1872 e, logo em 1873, desenvolveu um plano de reorganização da biblioteca. Em 1874 foi promovido a Assistente Bibliotecário da universidade, em 1876 tornou-se o primeiro redator-chefe do *Library Journal* e membro-fundador da *American Library Association*, como primeiro-secretário desta associação. Nesse mesmo ano publicou anonimamente uma obra que revolucionou a biblioteconomia: *Classification and Subject Index for Cataloguing and Arranging the Books and Pamphlets of a Library*, onde apresentou a classificação decimal, que é tida como referência na área até aos dias de hoje. O novo sistema de classificação foi descrita por ele da seguinte modo: “Consistia ela em alcançar a simplicidade absoluta empregando os mais simples símbolos conhecidos, os algarismos arábicos na qualidade de decimais, com o zero revestido da significação usual, a fim de numerar uma classificação de todo o conhecimento humano impresso”. (DEWEY, 1876 apud CASAZZA, 2012, p. 34, tradução nossa).

As ideias de Melvil Dewey sobre a função social da biblioteca não se referem apenas à biblioteca pública, até porque a sua experiência era de bibliotecário de uma biblioteca escolar, mas refere-se globalmente à biblioteca como a instituição por excelência onde os livros devem estar disponíveis para a comunidade:

O bibliotecário ideal deve estar atento a que a sua biblioteca contenha, na medida do possível, os melhores livros sobre as melhores matérias, tendo particularmente presentes as necessidades da sua comunidade. Logo, tendo os melhores livros, deve criar entre as gentes, entre os seus alunos, o desejo de os ler. Deve colocar todas as facilidades possíveis no caminho

do leitor. (...) Já passou o tempo em que a biblioteca se parecia com um museu, em que a bibliotecário era uma espécie de rato entre livros húmidos e em que os visitantes olhavam com olhos curiosos os antigos tomos e os manuscritos. Estamos no tempo em que a biblioteca é uma escola, em que o bibliotecário é no mais alto sentido um maestro e em que o visitante tem a mesma relação com os livros que o trabalhador manual tem com as ferramentas. (DEWEY, 1876, p. 6 apud CASAZZA, 2012, p. 77, tradução nossa)

O discurso do bibliotecário americano aponta para uma ideia em que a biblioteca não é meramente o local onde se guardam os livros é uma escola, um local onde as gentes adquirem o conhecimento. Importa também ver a nova função do bibliotecário que, como um maestro, não toca todos os instrumentos, mas sabe dirigir a orquestra, também não tendo lido todos os livros deve saber, quais e em que tempo são necessários para os leitores. Estamos assim perante algumas ideias plenas de atualidade: a necessidade de promover a leitura, uma nova relação dos leitores com os livros, comparados com as ferramentas e que, como tal, perdem o estatuto de raridades ou objetos de luxo.

Os problemas que estavam na ordem do dia para as bibliotecas e bibliotecários, em finais do século XIX, tinham como base as alterações na cultura impressa, nomeadamente, a afirmação da imprensa periódica e a massificação do livro e da leitura. Assistia-se então ao que alguns chamam uma primeira revolução da informação, com novos meios e suportes para os textos e imagens que disputavam o monopólio do impresso. Época de euforia com as novidades tecnológicas do momento: particularmente o telégrafo, a fotografia, o cinema, a rádio e o telefone, que anunciavam uma nova era no acesso à informação e também um admirável mundo novo, onde a documentação se multiplicava a um ritmo nunca antes visto. O excesso de documentação e as novidades tecnológicas colocavam às bibliotecas novos problemas e anunciavam novos papéis e funções sociais.

Um dos que melhor compreendeu esta nova realidade e apresentou propostas e projetos de intervenção de futuro para as bibliotecas e biblioteconomia foi Paul Marie Ghislain Otlet (1868-1944). Embora não sendo um bibliotecário, Paul Otlet foi fundador da Ciência da Documentação. Estudou nas universidades de Lovaina, Paris e Bruxelas e formou-se em Direito em 1890. Entre as suas realizações, conta-se o *Instituto Internacional de Bibliografia* (IIB), o *Repertório Bibliográfico Universal* (RBU) e *Classificação Decimal Universal* (CDU), retomando e aperfeiçoando o método de Melvil Dewey. Como obras destacam-se, o *Traité de documentation le livre sur le livre* (1934) e *Monde: Essai d'universalisme* (1935).

A obra de Paul Otlet tem uma visão universalista, a exposição de uma metodologia para que o conhecimento registado esteja disponível para quem dele necessite e com ele possa contribuir ao enriquecimento intelectual da humanidade. Por isso, pode encarar-se como um visionário e antecessor da web dos nossos dias. Com efeito, na obra, *Traité de documentation, le livre sur le livre* (1934), expõe a arquitetura de uma rede *universal de informação*, uma rede que liga centros produtores, distribuidores e utilizadores, de todas as especialidades e em toda a parte. Segundo Paul Otlet, a biblioteca deve estar equipada com as novas tecnologias, nomeadamente, com ecrãs, para colocar o livro ao serviço do leitor. Com equipamentos como o telescópio elétrico, ou o livro telefonado, o leitor pode ler os livros solicitados, em ecrãs gigantes colocados na biblioteca. Em certo sentido é uma antevisão do que atualmente está disponível nas bibliotecas públicas, bem como o que as bibliotecas podem disponibilizar ao público, através do recurso da web.

No domínio das funções sociais, Paul Otlet encara a biblioteca como uma instituição para complemento da educação e mesmo para organizar a educação do povo: “elas [as bibliotecas] são as aliadas e os complementos da Escola e da Universidade, e devem funcionar mesmo como elementos da organização da educação do Povo”. (OTLET, 1934, p. 336, tradução nossa). Relativamente à biblioteca pública, considera que é “um órgão coletivo que tem como finalidade socializar a leitura e de prestar um serviço público de cariz intelectual e educativo” (OTLET, 1934, p. 337, tradução nossa), acrescentado que é um organismo social, que deve fazer nascer o interesse do público pelas “coisas do espírito”. Portanto, a biblioteca tem como função social a educação, deve ser uma espécie de laboratório, ou atelier, termos que usa e, citando Carlyle, equipara a biblioteca à universidade: “A biblioteca é um laboratório, é o laboratório ou atelier intelectual. Carlyle disse: a verdadeira universidade, na nossa época, é uma coleção de livros”. (OTLET, 1934, p. 337, tradução nossa).

Outra ideia que importa reter é a necessidade das bibliotecas se reequiparem de se adaptar às exigências dos leitores, pois tal como escreve: “A experiência mostra que não são os leitores que faltam, mas sim as bibliotecas que não estão adaptadas aos leitores” (OTLET, 1934, p. 337, tradução nossa). Vemos assim nas ideias de Paul Otlet, o imperativo de ser a biblioteca a ir ao encontro dos leitores e de organizar as coleções em função das necessidades de informação das comunidades.

O último mestre da Biblioteconomia que convém referir neste percurso é Shiyali Ranganathan, bibliotecário na biblioteca da University College de Londres. Na sua

principal obra, *The Five Laws of Library Science* (1931), anunciou uma nova era para o livro e para as bibliotecas. Os livros libertavam-se do seu estatuto de raridades, ou objetos a preservar, e das cadeias que os prendiam às estantes, para cumprirem a sua finalidade, serem usados, e lidos pelos leitores. Nessa mesma obra, as bibliotecas passavam a ser vistas como “organismos em crescimento” e eram por excelência as instituições ao serviço do público, para acabar com as desigualdades no acesso à educação.

Uma análise mais fina às ideias de Ranganathan revela-nos um quadro em que as bibliotecas do seu tempo estavam muito aquém das exigências das cinco leis da biblioteconomia. De facto, constata que as bibliotecas, em virtude da prevalência do princípio da preservação, estão mais tempo fechadas que abertas e cita alguns horários de bibliotecas do seu tempo, onde a primeira lei – os livros são para serem usados- ainda é uma heresia (RANGANATHAN, 1931, p. 17). Por estranho que nos possa parecer são horários muito semelhantes e até mais generosos do que de algumas das nossas bibliotecas públicas e mesmo universitárias. A regra básica segundo Ranganathan (1931, p.19) era as bibliotecas estarem “two issues-day”, ou seja, estarem abertas das 10h00 da manhã até às 17h00, nos dias de semana e das 7h00 às 14h00 nos sábados e domingos. O horário da Biblioteca Pública de Évora é de segunda-feira a sexta-feira: das 09h30 às 18h00 e nos sábados das 10h00 às 17h00. Já a Biblioteca Pública de Bragança está aberta de segunda a sexta das 9h30 às 12h30 e de tarde das 14h00 às 18h00.

O paradigma que Ranganathan apresenta para as bibliotecas universitárias continua pleno de atualidade e muito longe de ser alcançado. Aponta o modelo da que ele próprio dirigia, a da University College de Londres, onde quebrou várias tradições, nomeadamente as restrições de horário da biblioteca:

O facto era, que a cada estudante era dada uma chave de trinco da biblioteca do seu departamento, e ele ou ela tinham liberdade para usar a biblioteca, no tempo que lhe agradasse - dia ou noite- a última palavra no horário da biblioteca. (RANGANATHAN, 1931, p. 23, tradução nossa).

Preocupa-se Shiyali Ranganathan em dar um modelo de gestão da coleção e dos recursos humanos das bibliotecas, para a União Indiana, em que se cumpram as leis por ele enunciadas. Nesse conjunto pormenorizado de diretivas, não esquece a importância dos catálogos, do mobiliário da biblioteca: “mostrem-me a mobília da vossa biblioteca e dir-vos-ei se cumprem ou não a primeira lei” (RANGANATHAN, p. 23, tradução nossa); ou dos meios tecnológicos do seu tempo e das atividades de extensão dirigidas à

comunidade, que considera importantes para motivar ou promover a leitura, tais como: a publicidade da biblioteca na imprensa e rádio, organização de grupos de leitura e exposições de livros nos corredores (RANGANATHAN, 1931, p. 315-335).

Nas ideias de Ranganathan, a função social da biblioteca, particularmente da biblioteca pública, não se deve limitar a fornecer, ou dar acesso a uma mera coleção de livros, mas deve ser “um organismo em crescimento”, que prolonga a vida do passado, renovando-o para as gerações do presente, mas dando também a essa geração o melhor que os seus próprios trabalhadores, pensadores e sonhadores têm para oferecer; ou seja promovendo uma constante e contínua atualização da coleção disponível. Por outro lado, essa coleção deve estar disponível para o público, com condições e meios adequados, e neste domínio da leitura uma das implicações da terceira lei da Biblioteconomia, cada livro tem o seu leitor, é o *open access*, a oportunidade que cada leitor deve ter de examinar ou consultar a coleção de livros, com a mesma liberdade que teria na sua biblioteca privada (RANGANATHAN, 1931, p. 300). Portanto, o leitor deve ter total liberdade de percorrer as estantes, tocar nos livros para escolher os que mais lhe interessam ou deseja ler.

Feito este percurso pelas ideias dos mestres da biblioteconomia, vejamos as mudanças que a revolução das tecnologias da informação e a sociedade em rede estão a provocar na biblioteca pública.

### **3 A BIBLIOTECA PÚBLICA NA ERA DA INFORMAÇÃO**

A partir de 1960, de acordo com Matellart (2002, p. 81), os politólogos e sociólogos falam da emergência de uma sociedade pós-industrial, organizada em torno da informação e do conhecimento. Daniel Bell substitui a designação sociedade pós-industrial por sociedade de informação. Ao contrário das anteriores sociedades, em que o importante era a força muscular, ou a energia, agora o importante é a informação. O núcleo da sociedade da informação são os cientistas engenheiros. (MATTELART, 2002, p. 84).

Para Manuel Castells com a Revolução das TIC <sup>1</sup>, em finais do século XX, dá-se a emergência de uma nova estrutura social, associada a um novo modo de desenvolvimento,

---

<sup>1</sup> - CASTELLS, 2005, p. 17. Também de acordo com este autor, na designação tecnologias da Informação e comunicação incluem-se: o conjunto convergente de tecnologias em microeletrónica, computação: software



o informacionalismo, modelado a partir da reestruturação do modo de produção capitalista. As principais características deste novo modo de desenvolvimento são a ação do conhecimento sobre o próprio conhecimento, como fonte principal da produtividade, o processamento da informação, centrado no incremento da tecnologia, a flexibilidade (os processos e as organizações são reversíveis, podem ser reconfigurados em qualquer momento) e a crescente convergência de tecnologias específicas num sistema altamente integrado; a microeletrônica, as telecomunicações, a optoeletrônica e os computadores estão integrados nos sistemas de informação. No informacionalismo, a informação é a matéria-prima e as novas tecnologias da informação têm efeitos que agem na sua penetração e disseminação. Os processos da nossa existência individual e coletiva são modelados, pelo novo meio tecnológico e, finalmente, a lógica de rede de qualquer sistema ou conjunto de relações que utilizam estas tecnologias.

Na sociedade em rede, que constitui a nova estrutura social, ou a nova base material da sociedade, os meios, computadores, sistemas de comunicação e programação genética, transformaram-se em extensões da mente humana, dando razão às ideias enunciadas nos anos de 1960 por Marshall McLuhan: “o que pensamos e como pensamos é expresso em bens, serviços, produção material e intelectual, sejam alimentos, habitação, sistemas de transportes e comunicação, mísseis, saúde, educação ou imagens”. (CASTELLS, 2007, p. 37).

Para as bibliotecas importa reter as transformações que a revolução da informação trouxe no livro e na produção de textos. A grande mudança ocorre a nível da textualidade, bem de acordo com o que aconteceu nas anteriores revoluções, nomeadamente, na revolução da imprensa de Gutenberg, que através da tecnologia introduziu o impresso em meados do século XV, revolucionando a produção e difusão de textos. Neste mesmo sentido, a revolução do nosso tempo trouxe uma nova modalidade de escrita, o hipertexto, que é “ um software que se destina à organização de dados ou de conhecimentos, à aquisição de informações e à comunicação, que existe apenas para o leitor, após ter sido recriado pelo computador. Texto eletrónico, sem existência material”. (FARIA e PERICÃO, 2008, p. 623).

---

e hardware; as telecomunicações/rádiodifusão e optoeletrônica; e também a engenharia genética. Os principais marcos desta revolução: 1969- Criação da ARPANET, reconhecida como a origem e o advento da Internet; 1971 – a invenção do microprocessador; 1976 – Bill Gates e Paul Allen, estudantes de Harvard, criaram um software, o BASIC, e adaptaram-no para operar em microcomputadores, criando a Microsoft.

Foram as insuficiências do formato linear, fixo e imutável do texto impresso que tornavam inevitável a dificuldade da recuperação da informação e levaram a tentativas para encontrar modelos alternativos, que estiveram na origem do hipertexto. Desde as tentativas de Vannevar Bush, que descreveu o seu memex, até a afirmação do texto eletrónico tal como o utilizamos hoje, os aspetos que afirmaram a nova forma de textualidade, resultam das vantagens que oferece ao leitor: “ indexação associativa (ou link), os trilhos ( ou trails) desses links e teias (webs) desses trilhos. Landow acrescenta que, por sua vez, esses elementos “produzem a conceção de um texto flexível, adaptável ao utilizador, aberto – e talvez vulnerável – às exigências de cada leitor”. (FURTADO, 2005, p. 318).

Acrescente-se um dado importante, que se prende com os custos de produção que, tal como aconteceu com a imprensa, são agora muito menores, e teremos assim o quadro completo para compreender a nova forma de textualidade e a sua grande aceitação pelo público.

Outro dado a reter, que foi apontado por Roger Chartier (1997, p. 131), é que esta revolução do presente não alterou apenas as modalidades de produção e disseminação dos textos, alterou também a estrutura do livro. Por isso ela é mais surpreendente e profunda que a revolução da imprensa, que continuou a utilizar a mesma estrutura de livro, o códex. Agora os textos chegam até ao leitor num ecrã e a uma velocidade sem qualquer precedente histórico: os textos estão ao alcance de um *click*, praticamente à velocidade da luz.

Umberto Eco (2003) apresentou ideias sobre o papel da Biblioteca nesta transição do impresso para o digital. Eco tem a vantagem de indicar novas perspetivas para a biblioteca no clímax da cultura impressa e ter vivido as mutações provocadas pela revolução das tecnologias da informação. Nos seus primeiros textos Eco valoriza o papel da biblioteca como polo de sociabilidade, e insiste nas condições que devem proporcionar ao leitor, nomeadamente, os horários alargados, o conforto e a liberdade no acesso aos livros, considerada como essencial para proporcionar e cumprir a principal função da biblioteca, a descoberta de livros:

A principal função da biblioteca, pelo menos a função da biblioteca da minha casa ou da de qualquer amigo que possamos ir visitar, é de descobrir livros de cuja existência não se suspeitava e que, todavia, se revelam extremamente importantes para nós [...]. A função ideal de uma biblioteca é de ser um pouco como a loja de um alfarrabista, algo onde se

podem fazer verdadeiros achados, e esta função só pode ser permitida por meio do livre acesso aos corredores das estantes. (ECO, 1994, p. 3).

Na conferência que proferiu na inauguração da Biblioteca de Alexandria, Umberto Eco (2003) apresenta uma visão realista sobre as mutações que as novas tecnologias, particularmente o hipertexto, ou texto eletrônico, e a web, estão a provocar no impresso. Situando o problema na evolução histórica das revoluções da informação, desde a invenção da escrita, Eco apresenta uma visão otimista sobre a persistência do livro impresso, sendo que segundo ele os livros de consulta provavelmente deixarão de fazer sentido no suporte impresso, mas que os livros que são para ler, como as obras imortais de Tolstoi ou Vitor Hugo, esses fazem sentido continuarem a ser impressos. Isto porque o impresso oferece uma versão imutável do texto, ao contrário do hipertexto que pode ser modificado. Esta ideia, que em 2003 fazia todo o sentido, nos dias de hoje é de certo modo pouco consistente, já que o próprio impresso pode ser rasgado, destruído e ficar apenas uma versão parcial, e o hipertexto já oferece formas de texto que não permitem alterações por parte do leitor. Relativamente às bibliotecas, Eco considera que elas têm de persistir na função de conservar os livros, de os dar a ler e de serem uma espécie de mente divina, onde o homem tem acesso à sabedoria. Por isso devem continuar a ser um templo em honra da memória vegetal.

A revolução das tecnologias da informação alterou de forma radical o acesso aos livros e à leitura. Com efeito os livros ao perderem a sua materialidade libertaram-se também dos obstáculos físicos, que impediam ou tornavam difícil a sua leitura. E esta libertação está a acontecer mesmo com os livros impressos que, ao serem digitalizados, adquirem essa imaterialidade e possibilidade de difusão sem precedentes. É um facto, que os livros perderam as suas últimas cadeias, as próprias estantes da biblioteca, estão agora no ciberespaço e ao alcance de todos. É certo que já o empréstimo domiciliário foi um passo de gigante para levar o livro ao seu leitor, mas agora não há limite para que o livro possa chegar a qualquer casa, a qualquer sítio, a qualquer hora e que quem o procura o possa encontrar. Por isso, entramos na era em que as estantes podem continuar na biblioteca a preservar e oferecer ao leitor os livros impressos que procura de forma física, mas podem e devem estar sempre disponíveis no ciberespaço em formato digital. Neste contexto, a biblioteca deve continuar a ser organismo em crescimento, preservando e assegurando a materialidade dos livros, digitalizando as suas coleções, reunindo as

tecnologias para os leitores terem acesso à leitura, criando a vontade e a delícia de ler um livro.

Alem das funções sociais de dar acesso ao livro e à leitura, de preservar ou conservar as suas coleções e de as ir atualizando e aumentando, que estão no código genético da biblioteca, que outras funções cabem agora as nossas bibliotecas públicas? Numa era em que assistimos à desmaterialização do livro, fará sentido manter o espaço físico, a biblioteca edificada e pensada para local de leitura? Ou deverá a biblioteca evoluir para um espaço virtual, com todas as vantagens económicas que isso acarreta, nomeadamente, menos custos e portanto menos impostos?

Como historiador, procuramos no passado respostas para as questões do presente. Já em 1771, Louis Sébastian Mercier numa obra visionária, *L'An 2440*, pensou uma biblioteca real que, “em vez dessas quatro salas de um comprimento enorme e que continham milhares de volumes” (MERCIER, 1771, p.247 apud CHARTIER, 1997, p.105), estava reduzida, no século XXV a um pequeno gabinete, onde estava o essencial de todos os livros publicados. O discurso utópico, portanto, não é apenas de hoje já tem raízes pelo menos na era das luzes e o sonho de uma biblioteca universal já vem do tempo da Biblioteca de Alexandria. Relativamente ao sonho de Alexandria ele parece estar agora ao alcance, com a passagem dos textos escritos nos tradicionais suportes para o digital e colocados na rede, possibilitando a qualquer um ter acesso a esses textos e aos que vão sendo produzidos. Facto que é surpreendente e com implicações que se resumem num efetivo *open access* para todo e qualquer leitor. Neste acesso à leitura a biblioteca pública dos nossos dias é a instituição por excelência para, no seu espaço físico, combater as desigualdades, a infoexclusão, permitindo aos pobres possibilidades idênticas às dos mais ricos.

Mas além desse papel de inclusão social, que implica garantir a existência de um edifício e de uma sala da leitura, outros argumentos apontam nesse mesmo sentido. A leitura foi, desde início, uma prática social e, mesmo quando evoluiu para leitura silenciosa e feita longe do ruído da multidão (MANGUEL, 2010), foi motivo de sociabilidade, conversa entre leitores, entre pessoas comuns. Práticas de sociabilidade que exigiam um espaço físico, a presença física dos leitores que partilhavam as suas leituras, que aconselhavam os livros lidos, que extraíam deles ensinamentos e que os comunicavam aos outros. O desafio para as nossas bibliotecas públicas, além de serem um ponto de encontro de leitores e curiosos pelos livros (AABO; AUDUNSON; VÅRHEIM,

2010), devem também estar na linha da frente para garantir, a sociabilidade que esteve sempre associada a leitura. Daí a importância de promoverem círculos de leitores, encontros de gentes diversas, seja com exposições, lançamento de livros, colóquios e outras atividades deste gênero. Numa era em que as formas de sociabilidade estão a passar para um terreno virtual e as interações entre pessoas estão a ficar excessivamente mediatizadas, urge que as instituições biblioteconómicas e educativas ofereçam espaços de sociabilidade efetiva e de rosto humano. Ou seja, as bibliotecas devem ter uma sala de leitura, para assegurar a proximidade física e o contacto direto entre leitores, aspetos fundamentais para uma partilha de conhecimento mais oralizada e portanto mais rica.

As bibliotecas públicas têm até ao presente contribuído de forma decisiva para combater a infoexclusão, possibilitaram de facto que o estudante mais pobre ficasse em pé de igualdade com os ricos no acesso aos livros e consequentemente ao conhecimento. Robert Casazza (2012, p. 28) indica um bom exemplo para ver o grande alcance desta abertura das bibliotecas, precisamente o do jovem Karl Marx que foi na British Museum Library, que encontrou os livros e fez as leituras que lhe possibilitaram escrever o *Capital*, a sua principal obra de Economia Política<sup>2</sup>.

À semelhança dos jardins públicos que no século XVIII e XIX adquiriram importante papel na sociabilidade das gentes (DARNTON, 2001) e continuam na nossa era a cumprir essa função social, também as bibliotecas públicas devem continuar a ser o espaço por excelência para, usando os livros nos seus múltiplos suportes, promover a leitura e partilhar o conhecimento.

### **3 CONCLUSÃO**

O percurso feito pelo pensamento biblioteconómico permite-nos concluir por uma evolução nas funções sociais da biblioteca pública, como instituição por excelência para combater as desigualdades sociais no acesso ao conhecimento. De Panizzi a Ranganathan os mestres da biblioteconomia encaram a biblioteca também como a instituição ao serviço da educação popular, uma autêntica escola e, para esta função educativa, os livros deviam perder as tradicionais cadeias que os prendiam às estantes, estar ao alcance dos leitores,

---

<sup>2</sup> Além do exemplo de Karl Marx, indica outros: “Thomas Carlyle, William Thackeray, Bernard Shaw, Vladimir Lenin, Mohandas Gandhi fueron, entre muchos otros grandes escritores y transformadores sociales, asiduos visitantes de la Biblioteca Británica”(CASAZZA, 2012, p. 28).

para serem lidos, em horários generosos e em condições que os leitores sentissem a biblioteca como sua. Neste mesmo sentido, atribuem aos bibliotecários um papel fundamental: de ultrapassarem a mera função de curadores ou conservadores das coleções e passarem a ser os maestros que orientam e promovem a leitura nas bibliotecas, estando atentos à coleção disponível e às necessidades da comunidade.

Keith Richards, guitarrista dos Rolling Stones, publicou em 2010 uma autobiografia onde revelou a sua paixão pelos livros e emitiu o seguinte juízo sobre a biblioteca: “Cuando estás creciendo, existen dos instituciones que te afectan poderosamente: la iglesia, que le pertenece a Dios; y la biblioteca pública, que te pertenece a ti. La biblioteca pública es un gran equalizador” (RICHARDS, apud El País, 5-4-2010). Esta ideia que a biblioteca nos pertence, que é nossa, que as palavras do guitarrista documentam e que está mais arraigada nos países anglo-saxónicos, pode ser uma meta para as nossas bibliotecas públicas que em muitos casos ainda estão muito distantes das comunidades. Na verdade a biblioteca pública é das comunidades, e como tal pertence-nos, é nossa e está ao serviço de todos. Por isso, é também uma instituição onde todos somos verdadeiramente iguais e que importa perseverar se queremos construir uma sociedade aberta e livre.

As transformações que a revolução das tecnologias da informação provocou nas bibliotecas são de facto surpreendentes, mas não devem deslumbrar. Neste domínio, ontem como hoje, os discursos acabam muitas vezes por assumir um pendor utópico ou distópico. O discurso visionário de Sebastien Mercier, com o seu modelo de biblioteca para o ano 2440, tem para nós a vantagem de diagnosticar dois aspetos de atualidade. O primeiro é que, tal como há 200 anos, o excesso de livros, implica uma organização dessa massa documental, uma orientação ou literacia da informação que a biblioteca deve assumir. O segundo pensar uma biblioteca sem espaço físico, ou reduzi-la a um mero gabinete, é condenar o leitor à solidão, o que está nas antípodas da finalidade dos livros, que foram escritos para partilhar ideias, sentimentos, ou estados de alma, o que só se consegue sendo lidos, discutidos e analisados pelos leitores. Mais do que nunca, numa era ameaçada pela virtualidade, a biblioteca deve ser um polo de sociabilidade, promovendo o encontro físico dos leitores e as formas orais de leitura.

A perspetiva que nos parece adequada é encarar a revolução do presente como mais uma, entre várias que já ocorreram na produção e difusão de livros e da leitura. E portanto a biblioteca pública deve continuar a ser um organismo em crescimento, onde

os leitores encontram os livros, de preferência todos os livros publicados, e o local onde partilham com os outros as suas leituras. Na imensa floresta que são os livros, cabe à biblioteca a função social de ser a instituição por excelência para orientar o leitor pelos caminhos do conhecimento e assim contribuir para criar uma esfera pública de cidadãos livres, que leem e adquirem espírito crítico, para cumprir o imperativo kantiano do *sapere aude*, ousar saber e conhecer para ter a coragem de usar a razão diante de um público que lê.

## REFERÊNCIAS

AABO, S.; AUDUNSON, R.; VÅRHEIM, A. How do public libraries function as meeting places?. **Library & Information Science Research**, vol. 32, nº 1. p. 16–26, January 2010.

CASAZZA, Roberto. **El Futuro Bibliotecário Hacia una renovacion del ideal humanista na tarefa bibliotecária**. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2012.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G. (Org.). **A Sociedade em Rede do Conhecimento à Ação Política**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005, p. 17-30.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura- A Sociedade em Rede**. Lisboa: Gulbenkian. 2007.

CHARTIER, Roger. **A Ordem dos Livros**. Lisboa: Vega, 1997.

COWTAN, Robert. **A biographical sketch of Sir Anthony Panizzi**, Covent Garden: Asher & Co. 1873.

DARNTON, Robert. An Early information Society. News and media in eighteenth- century Paris. **The American Historical Review**, nº 105, p. 32-53, 2001.

ECO, Umberto, **A Biblioteca**, Lisboa: Difel, 1994.

ECO, Umberto. Vegetal and mineral memory: the future of the books. In: **Conference Delivered at the Bibliotheca Alexandrina**. Alexandria: 2003. Disponível em: [https://www.bibalex.org/attachments/english/Vegetal\\_and\\_Mineral\\_Memory.pdf](https://www.bibalex.org/attachments/english/Vegetal_and_Mineral_Memory.pdf). Acesso em: 15 jan. 2020.

EDWARDS, Edward. **Lives of the Founders of the British Museum – With Notices of its Chief Augmentors and Other Benefactors, 1570–1870**. London: Trübner. 1870.

EISENSTEIN, Elizabeth L. **The printing press as an agent of change: communications and cultural transformations in early modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press. 1979.

FARIA, Maria e PERICÃO, Maria. **Dicionário do Livro- Da escrita ao livro eletrônico**, Lisboa: Alamedina, 2008.

FURTADO, José Afonso. **Os Livros e as Leituras. Novas Ecologias da Informação**. Mem Martins: Livros e Leituras, 2000.

MANGUEL, Alberto. **Uma História da Leitura**. Lisboa: Editorial Presença, 2010.

MATTELART, Armand. **História da Sociedade da Informação**. Lisboa: Bizâncio, 2002.

OTLET, Paul. **Traité de documentation, le livre sur le livre**. Bruxelas: Mundaneum, 1934.

KANT, I. An Answer to the Question: "What is Enlightenment?" Königsberg, Prússia, 1784. Disponível em: [https://web.cn.edu/kwheeler/documents/What\\_is\\_Enlightenment.pdf](https://web.cn.edu/kwheeler/documents/What_is_Enlightenment.pdf). Acesso em 15 jan. 2020.

RANGANATHAN, Sahayle. **The Five Laws of Library Science**, London: Goldston Ltd, 1931.

SIN, Sei-Ching Joanna; KIM, Kyung-Sun. Use and non-use of public libraries in the information age: A logistic regression analysis of household characteristics and library services variables. **Library & Information Science Research**. vol. 30, p. 207–215, January 2008.

Un ratón de biblioteca llamado Keith Richards. **El País**, Madrid, 5 Abr. 2010. Disponível em: [https://elpais.com/elpais/2010/04/05/actualidad/1270450129\\_850215.html](https://elpais.com/elpais/2010/04/05/actualidad/1270450129_850215.html). Acesso em: 15 jan. 2020.

VARHEIM, Andreas. Trust and the role of the public library in the integration of refugees: The case of a Northern Norwegian city. **Journal of Librarianship and Information Science**. Vol. 46, p. 62–69, 2014.

VAZ, Francisco. A Ideia de Biblioteca Pública em Portugal nos séculos XVIII e XIX. In: MENESES, A. F. e COSTA, J. P. (Org.). **O Reino, a Ilhas e o Mar Oceano – Estudos de Homenagem a Artur Teodoro de Matos**, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, vol. I, p.169-184, 2007.

VAZ, Francisco. As bibliotecas na era da informação: Os desafios das tecnologias da informação. In: GAMEIRO, F.; CAHOPAS, A. ( Org.). **Redes, bibliotecas e literacias: Atas do Iº Seminário da Rede de Bibliotecas de Évora**. Évora: Publicações do Cidehus, 2017. Disponível em: <http://books.openedition.org/cidehus/2599>. Acesso em 15 jan. 2020.

Recebido em: 15 de julho de 2019  
Aprovado em: 27 de janeiro de 2020  
Publicado em: 28 de janeiro de 2020